

Evidenciação socioambiental na América Latina: o diálogo com multistakeholders

Laura Calixto (EAESP-FGV) - lauracalixto@uol.com.br

Resumo:

Considerando a importância econômica e social das companhias multinacionais (MNCs) do setor de mineração, além dos diversos grupos de stakeholders que afetam ou são afetados por suas decisões e estão estabelecidos em diferentes regiões; esta pesquisa teve como objetivo analisar as informações socioambientais que as MNCs do setor de mineração disponibilizam para os seus stakeholders em países latino-americanos. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo e foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo. A análise focou principalmente a evidenciação socioambiental efetuada nos relatórios anuais, demonstrativos contábeis e relatórios específicos sobre o tema, disponibilizados pelas MNCs nos seus websites globais e locais. Os resultados da pesquisa indicaram grande relevância dos investimentos socioambientais das MNCs, com ênfase no engajamento de stakeholders locais para decisão e condução de projetos socioambientais. A comunidade que vive no entorno dos seus empreendimentos, clientes, fornecedores, funcionários e governo foram identificados como os principais grupos de stakeholders enfatizados nos relatórios das empresas e esses resultados sugerem que estas são formas de legitimação das atividades das MNCs, além de ser uma das ferramentas estratégicas utilizadas no processo de obtenção de licença para operar, de diferentes públicos, internos, externos e de várias localidades, ou seja, de multistakeholders. Os relatórios disponibilizados nos websites globais não oferecem muitos detalhes sobre as atividades locais das MNCs e verificou-se que para estabelecer um diálogo com seus stakeholders locais é preciso criar estratégias de aproximação junto a esses no país em que a subsidiária exerce atividades.

Palavras-chave: *Evidenciação socioambiental, Multinacionais, América Latina*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Evidenciação socioambiental na América Latina: o diálogo com *multistakeholders*

Resumo

Considerando a importância econômica e social das companhias multinacionais (MNCs) do setor de mineração, além dos diversos grupos de *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas decisões e estão estabelecidos em diferentes regiões; esta pesquisa teve como objetivo analisar as informações socioambientais que as MNCs do setor de mineração disponibilizam para os seus *stakeholders* em países latino-americanos. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo e foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo. A análise focou principalmente a evidenciação socioambiental efetuada nos relatórios anuais, demonstrativos contábeis e relatórios específicos sobre o tema, disponibilizados pelas MNCs nos seus *websites* globais e locais. Os resultados da pesquisa indicaram grande relevância dos investimentos socioambientais das MNCs, com ênfase no engajamento de *stakeholders* locais para decisão e condução de projetos socioambientais. A comunidade que vive no entorno dos seus empreendimentos, clientes, fornecedores, funcionários e governo foram identificados como os principais grupos de *stakeholders* enfatizados nos relatórios das empresas e esses resultados sugerem que estas são formas de legitimação das atividades das MNCs, além de ser uma das ferramentas estratégicas utilizadas no processo de obtenção de licença para operar, de diferentes públicos, internos, externos e de várias localidades, ou seja, de *multistakeholders*. Os relatórios disponibilizados nos *websites* globais não oferecem muitos detalhes sobre as atividades locais das MNCs e verificou-se que para estabelecer um diálogo com seus *stakeholders* locais é preciso criar estratégias de aproximação junto a esses no país em que a subsidiária exerce atividades.

Palavras-chave: Evidenciação socioambiental, Multinacionais, América Latina

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1 Introdução

Diversas iniciativas de órgãos internacionais têm disponibilizado diretrizes para que as corporações incluam um padrão mínimo de evidenciação de informações sociais e ambientais nos seus relatórios (UNCTAD, 2004; OECD, 2009).

Alguns estudos têm abordado a responsabilidade social corporativa (RSC) sob diversas perspectivas, porém, entre as MNCs os resultados desses estudos apresentam poucas informações sobre o desenvolvimento do tema na América Latina (OECD, 2005; EIRIS, 2007).

Com foco específico na mensuração, registro e controle dos ativos, passivos, custos, despesas e receitas ambientais, a UNCTAD/ISAR (1998) disponibilizou um documento que apresenta diretrizes e recomendações para que as corporações incluam a variável ambiental tanto no gerenciamento interno das suas atividades como também nos relatórios que são divulgados por essas para os seus *stakeholders*.

Em razão das fortes pressões exercidas sobre as MNCs, fruto da ação conjunta de Organizações Não-Governamentais (ONGs) em nível mundial, aquelas têm dedicado especial

atenção aos relatórios socioambientais que são disponibilizados para os seus *stakeholders* de diferentes localidades.

De acordo com a KPMG (2005) a evidenciação de informações socioambientais em companhias estabelecidas na América Latina ainda é incipiente, mas com algumas iniciativas locais principalmente em países como Brasil e Chile.

As organizações que operam em nível global são mais sensíveis às demandas dos *stakeholders* e dessa forma, utilizam diferentes canais para comunicar suas ações sociais e ambientais empreendidas em benefício social.

Nos últimos anos a internet tem se configurado como uma ferramenta indispensável para a criação de um diálogo entre as organizações e seus *stakeholders*. No caso das MNCs, essas têm a oportunidade de gerenciar essas relações num nível de maior proximidade, além de disponibilizar adequadamente os resultados das suas ações ambientais para públicos interessados oriundos de diferentes regiões.

Com base nessas premissas, o objetivo desta investigação é formulado na seguinte pergunta: *como as multinacionais estabelecem um diálogo com seus stakeholders na América Latina?*

Objetivo deste artigo é analisar as informações socioambientais que as MNCs do setor de mineração disponibilizam para os seus *stakeholders* estabelecidos em países latino-americanos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo e são utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo.

As MNCs exercem um papel importante para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico onde são estabelecidas as subsidiárias dos seus negócios. O setor de mineração apresenta grandes impactos positivos e negativos, além de ser uma das atividades de maior representatividade econômica em diversos países latino-americanos. Tendo em vista o intensivo consumo de recursos naturais da atividade, demanda intensiva de mão-de-obra já na fase pré-operacional do negócio e a destacada presença de MNCs na América Latina, considera-se que aí está a relevância desta pesquisa.

As delimitações do estudo dizem respeito às informações socioambientais disponibilizadas pelas MNCs nos seus *websites* globais e locais e esses últimos, se referem a países latino-americanos.

O trabalho está dividido em seções e além desta introdução, a próxima apresenta uma breve revisão bibliográfica, com foco no desenvolvimento teórico acerca do tema, além de estudos empíricos recentes sobre a evidenciação socioambiental das MNCs. A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos, análises dos resultados e considerações finais, seguidas de recomendações para futuros estudos.

2 Teoria dos *stakeholders*

A definição mais conhecida de *stakeholders* propõe que esses são todas as pessoas ou grupos que afetam ou são afetados pelas decisões empresariais, direta ou indiretamente (FREEMAN, 1984).

Ao longo das últimas décadas, este conceito desenvolveu-se por meio de um grande debate acadêmico, propostas de classificação e proposição de modelos quanto ao gerenciamento dos *stakeholders* por parte das empresas. Eminentemente autores propuseram sua sistematização (DONALDSON e PRESTON, 1995) outros se detiveram na identificação desses (CLARKSON, 1995; MITCHELL, AGLE e WOOD, 1997; CARROLL, 1999).

Um *stakeholder* em particular pode ter um efeito econômico sobre a firma, por exemplo, sua ação pode afetar seus lucros, fluxo de caixa e seu valor de mercado. Por outro lado, as ações da firma podem afetar economicamente um *stakeholder*, quando este tem um

interesse econômico ou poder de influenciar o mercado. A organização pode ter efeito econômico sobre grupos de *stakeholders*, como governos e ativistas (FREEMAN, 1984).

O gerenciamento de *stakeholders* é um conceito que se refere à necessidade de a organização gerenciar o seu relacionamento com grupos específicos de *stakeholders* através de ações orientadas. A figura a seguir apresenta um exemplo genérico de *multistakeholders* de uma organização:

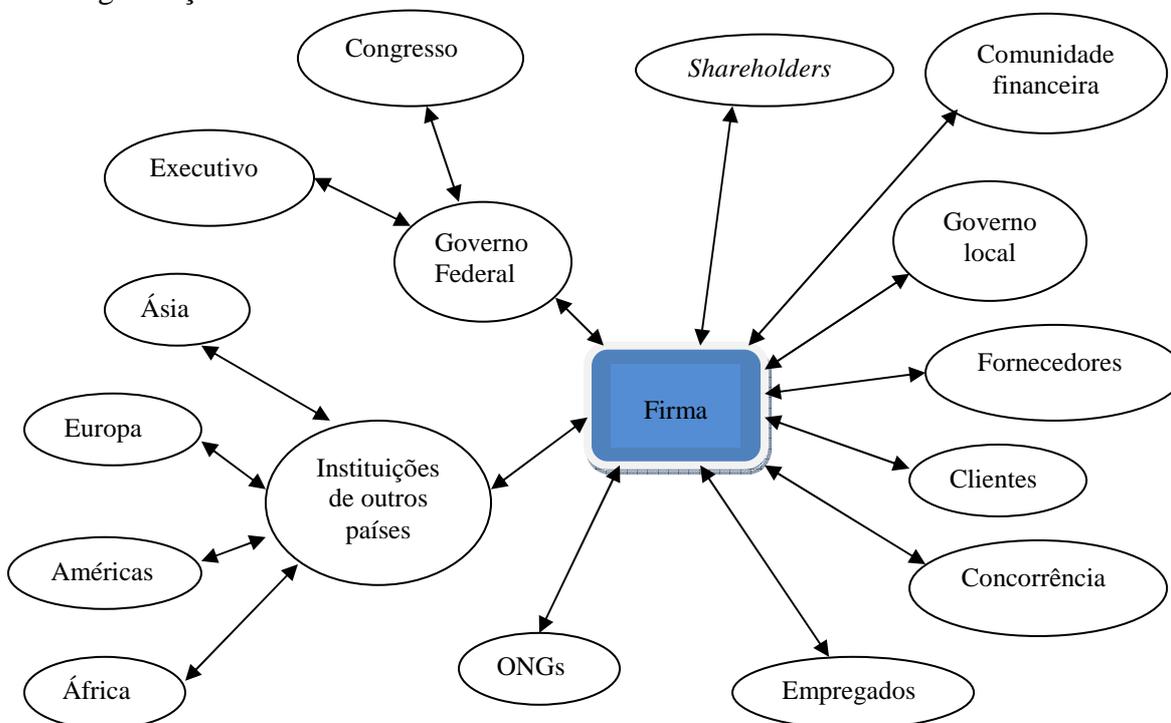


Figura 01: Visão dos *multistakeholders* de uma organização
 Fonte: Adaptado de Freedman (1984, p. 121)

O conceito de *multistakeholder* engloba diferentes grupos de partes interessadas nas decisões que são tomadas no âmbito organizacional. Dessa forma, as MNCs, principalmente as que exercem atividades em um número representativo de países, devem gerenciar continuamente diversos interesses de *stakeholders* que são afetados por suas atividades.

De acordo com Christmann (2004), apesar de muitos estudos terem destacado o gerenciamento de *stakeholders*, como também a identificação destes, embora a habilidade de influenciar as decisões empresariais seja considerada um importante atributo dos *stakeholders*, poucas investigações empíricas analisaram como as firmas respondem a essas demandas.

Com foco nas informações sociais e ambientais, Adams e Frost (2003) examinaram a extensão com que companhias australianas, alemãs e inglesas utilizam seus *websites* como meio de divulgação e comunicação com seus *stakeholders*. Através da aplicação de um questionário e entrevistas junto a uma amostra de profissionais responsáveis pela manutenção do conteúdo corporativo disponibilizado nos *websites*, os resultados indicaram que o principal objetivo dessas organizações é a promoção da imagem. Para muitas companhias, a decisão de desenvolver um *website* não foi motivada pela possibilidade de maior comunicação e gerenciamento de *stakeholders*.

Os efeitos socioambientais das ações empresariais frequentemente têm conseqüências políticas sobre as organizações, por meio das ações empreendidas por seus *stakeholders*; de modo inverso, as organizações têm um efeito político sobre grupos de *stakeholders*, para contribuir ou não com suas chances de sucesso. Grupos empresariais fazem *lobby* contra a

formação nacional de uma agência de defesa de direitos, por exemplo, ou de controle e fiscalização das atividades de determinado setor. Por outro há também um número significativo de *stakeholders* com interesses específicos em relatórios de companhias, como grupos de *lobby* social e ambiental (TILT, 1994).

Fransen e Kolk (2007) analisaram a criação de padrões das MNCs no processo de diálogo com *multistakeholders*. De acordo com os autores, uma revisão do que as MNCs consideram interação com *stakeholders* nos seus relatórios anuais demonstrou como aquelas tendem a tratar grupos divergentes de interação: reuniões com ativistas; respostas a cartas ou telefonemas de grupos políticos; convites para participar de conferências; solicitação ocasional da opinião de algum desses grupos; e criação de divisões de *stakeholders* para comentar padrões de governança e monitoramento interno.

3 Responsabilidade social corporativa

A RSC tem suas origens no período após a segunda guerra mundial, época em que as grandes companhias começaram a introduzir técnicas mais modernas de gerenciamento de recursos humanos e com o passar do tempo, programas orientados a *stakeholders* externos ganharam importância nas organizações; como questões relacionadas com o bem-estar das comunidades que vivem no entorno dos seus empreendimentos, além de iniciativas voltadas para o meio ambiente.

De acordo com Carroll (1999) a RSC começou a chamar a atenção no meio acadêmico a partir da década de 1950, quando o primeiro livro sobre o tema foi divulgado, de autoria de Howard R. Bowen (1953).

O crescimento do interesse pela RSC criou a demanda por avaliação de ferramentas e profissionalização de grupos para estabelecer e promover padrões e práticas de responsabilidade social, como serviços de elaboração e desenvolvimento de relatórios para avaliar os esforços corporativos. As companhias começaram a racionalizar suas práticas e a RSC foi institucionalizada, passando a negociar e gerenciar o relacionamento com seus *stakeholders* (DAVIS, WHITMAN e ZALD, 2006).

Nos últimos anos, vários estudos bibliométricos têm demonstrado o crescimento do interesse de pesquisadores sobre a RSC, como também a evidênciação de informações sociais e ambientais nos relatórios das empresas, em nível nacional e internacional (MATHEWS, 1997, 2001; SCHOMMER e ROCHA, 2007; GALLON et al. 2007; EGRI e RALSTON, 2008).

4 Evidenciação socioambiental em multinacionais: estudos empíricos

Evidenciação diz respeito à comunicação de informações qualitativas e quantitativas referentes os eventos econômicos controlados contabilmente pelas organizações. A evidenciação socioambiental, tema bastante enfatizado na literatura acadêmica, trata das informações sociais e ambientais a respeito das ações das companhias voltadas para estas questões.

Dowell, Hart e Yeung (2000) analisaram os padrões globais de investimentos ambientais de uma amostra de 500 MNCs americanas que exercem atividades em países em desenvolvimento. A investigação revelou que as companhias que adotam um padrão global têm maior valor de mercado, entretanto, países em desenvolvimento, que têm leis ambientais menos rigorosas atraem investimentos estrangeiros de menor qualidade e companhias menos competitivas.

Christmann (2004) conduziu um estudo sobre os determinantes da padronização global de políticas ambientais emanadas por MNCs. Uma *survey* foi administrada junto uma amostra de 87 organizações do setor químico e demonstrou que as MNCs padronizam suas políticas ambientais em resposta às pressões de *stakeholders* externos. As características das MNCs são afetadas por essas políticas de padronização e pela natureza das demandas dos *stakeholders*,

que afetam as respostas das MNCs a tais pressões. De acordo com o autor, as políticas de padronização ambiental reduzem as habilidades das MNCs para explorar diferenças em regulamentações ambientais nos vários países em que operam.

Com foco nas MNCs do setor de petróleo, Adenibi (2005) avaliou a qualidade das informações ambientais evidenciadas nos relatórios anuais de 34 MNCs. Os resultados da aplicação de testes estatísticos indicaram pouca qualidade das informações ambientais divulgadas pelas companhias componentes da amostra.

Através da análise de entrevistas semi-estruturadas conduzidas junto a representantes da ONG ambientalista *World Wide Fund for Nature-WWF*, empresas do setor de mineração e o órgão responsável por sua regulamentação na Austrália; Deegan; Blomquist (2006) verificaram que as iniciativas da ONG influenciaram na revisão do código ambiental do setor de mineração australiano, como também o comportamento das empresas deste segmento sobre a forma de divulgação de informações socioambientais nos seus relatórios anuais.

Husted e Allen (2006) investigaram as estratégias das MNCs para responder a pressões de *stakeholders*. Os autores conduziram uma *survey* junto a profissionais de 88 MNCs estabelecidas no México e verificaram que as pressões de *stakeholders* guiam as decisões das organizações em relação a RSC.

Por meio da aplicação de um questionário junto a gerentes e funcionários responsáveis pelo setor de relações com investidores, Hartman, Rubin e Dhanda (2007) analisaram a comunicação de atividades sociais e ambientais corporativas de uma amostra de 8 MNCs estabelecidas nos Estados Unidos e 8 MNCs estabelecidas na Europa. De acordo com os autores, as companhias americanas focam com maior ênfase os aspectos financeiros, enquanto as companhias européias incorporam tanto elementos financeiros como questões sociais e ambientais da RSC nos seus relatórios.

Lodhia (2007) desenvolveu um estudo de caso sobre a evidenciação de informações ambientais nos *websites* de 3 mineradoras australianas, com o objetivo de explorar os fatores que influenciam a extensão com que a *World Wide Web* é utilizada por companhias de setores potencialmente poluidores para comunicação com seus *stakeholders* em relação a questões ambientais. Os resultados da pesquisa sugerem que nem todo o potencial da *web* é utilizado, questões como acessibilidade, apresentação, organização e interação das informações ambientais disponíveis nos *websites* são fatores chave na avaliação da comunicação entre as organizações e seus *stakeholders*.

A pesquisa conduzida por Jose e Lee (2007) investigou as políticas e práticas de gestão ambiental de uma amostra de 200 MNCs de acordo com o *ranking* da revista *Fortune* (2002). Baseado numa análise de conteúdo dos relatórios ambientais disponibilizados pelas organizações, os autores verificaram que as MNCs têm apresentado maior evidenciação socioambiental nos seus *websites* nos últimos anos, entretanto, ainda é necessário maior envolvimento dos *stakeholders* no processo de elaboração e implementação de políticas sociais e ambientais.

Hunter e Bansal (2007) analisaram o nível de padronização das informações ambientais divulgadas nos *websites* das MNCs e suas subsidiárias. De acordo com os autores, há uma grande variação entre países e entre as subsidiárias das organizações, como também entre subsidiárias da mesma MNC. O estudo se concentrou numa amostra de 10 MNCs e 113 subsidiárias dessas, selecionadas de acordo com o *ranking* da revista *Forbes Global 500*. Os resultados indicaram grandes diferenças entre a comunicação ambiental das MNCs e suas subsidiárias, o que na opinião dos autores, pode implicar em riscos para a legitimidade das organizações, por não apresentar uma linguagem global em todas as unidades de suas operações.

Toms (2008) examinou os determinantes da evidenciação social de MNCs de setores potencialmente poluidores (petróleo e gás, químico e indústria de transporte). Por meio de

técnicas de regressão, os resultados sugerem que a evidenciação social é determinada mais pelo mercado de ações, *lobby*, poder de influência do público local e riscos políticos do que pelo impacto de suas atividades no país em que opera.

Com base numa amostra de 540 MNCs européias que exercem atividades em 188 países, Dam (2008) desenvolveu um modelo para testar se as firmas que adotam menos padrões ambientais estão mais presentes em países em desenvolvimento ou em países com legislação ambiental menos rigorosa; e investigou também a relação entre a RSC e a qualidade ambiental promovida por MNCs em nível local. Os resultados indicaram que as firmas com menor nível de responsabilidade social têm mais operações em países com legislação menos rigorosa; MNCs que têm uma boa RSC tendem a evitar se instalar nesses países.

Yamamoto, Distadio e Fernandes (2007) conduziram um estudo comparativo a respeito da evidenciação de informações ambientais de companhias estabelecidas em 5 países latino-americanos (Brasil, Peru, Bolívia, México e Chile) e na África do Sul. Por meio da técnica análise de conteúdo dos relatórios anuais e relatórios ambientais de uma amostra de 25 companhias, no período de 2004-2005; os resultados indicaram que as companhias do setor estabelecidas no Brasil, África do Sul e Peru são as que evidenciam maior número de informações nos seus relatórios, embora o nível de evidenciação dessas companhias ainda esteja num estágio inicial.

Baumgarten e Yucetepe (2009) analisaram as iniciativas de RSC promovidas por 10 MNCs americanas que exercem atividades na América Latina, divulgadas nos seus *websites*, relatórios anuais e relatórios sociais. Os resultados do estudo revelaram que as iniciativas dessas companhias na região são limitadas, o foco dos seus programas de RSC são outros mercados emergentes, como África e Ásia, que recebem maior atenção do que a América Latina.

Joshi e Gao (2009) investigaram as práticas voluntárias de inclusão de relatórios sociais e ambientais nos *websites* de uma amostra de 49 MNCs. Em conformidade com estudos anteriores, os resultados demonstraram que as companhias com melhor desempenho financeiro tendem a divulgar voluntariamente mais informações sociais e ambientais.

Diversos autores têm se dedicado à investigações acerca da evidenciação socioambiental de MNCs em países de outras regiões e cita-se, por exemplo: Bangalore (ALI e BATRA, 2008); Nigéria (WHEELER, FABIG e BOELE, 2002; NWANKWO, PHILLIPS e TARCEY, 2007; AMAO, 2008); China (SHEN, 2006; GUGLER e SHI, 2008); Reino Unido (ZYGLIDOPOULOS, 2002); África do Sul (KAPELUS, 2002); e Austrália (BURRIT, 1997). Os resultados desses estudos destacaram o comportamento nem sempre padronizado, entre as MNCs e suas subsidiárias.

5 Procedimentos metodológicos e amostra selecionada

Este estudo é classificado como descritivo e foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, para embasamento teórico; pesquisa documental, porque foram examinados os relatórios anuais, socioambientais e demonstrativos contábeis disponibilizados pelas companhias e a técnica de pesquisa análise de conteúdo, para fins de avaliação qualitativa e quantitativa das informações socioambientais divulgadas.

Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa muito utilizada em pesquisas acadêmicas sobre a evidenciação socioambiental. (DOWELL, HART e YEUNG, 2000; LODHIA, 2007; JOSE e LEE, 2007; HUNTER e BANSAL, 2007; YAMAMOTO, DISTADIO e FERNANDES, 2007).

De acordo com Bardin (2004, p. 27-28) a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e

objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens”.

Foram seguidas as 3 etapas estabelecidas por Bardin (2004) para condução de uma análise de conteúdo: (1) pré-análise dos relatórios por país incluídos no estudo; (2) análise do material selecionado, codificação e escolha das regras de contagem das unidades de registro; e (3) categorias pré-estabelecidas para então buscar a interpretação e sentidos daquilo que os dados revelam.

Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997, p. 6) argumentam que “as categorias devem ter origem no documento objeto de análise ou em certo conhecimento geral da área do conhecimento ou da atividade no qual se insere”.

As unidades de análise escolhidas foram as sentenças identificadas conforme cada categoria estabelecida, para posterior codificação e quantificação. As categorias estabelecidas neste estudo foram criadas com base na literatura sobre o tema, além da leitura inicial dos relatórios das MNCs, apresentadas no quadro a seguir:

Itens			
1	Antecipação de gastos futuros com recuperação ambiental	18	Controle físico da utilização de matéria-prima, energia e água
2	Avaliação de contingências ambientais	19	Investimentos em esportes, lazer e cultura
3	Certificação ambiental	20	Montante gasto com proteção ambiental
4	Certificação social	21	Mudanças climáticas
5	Doações para projetos público/privados destinados ao desenvolvimento local	22	Mudanças estruturais na organização para o desenvolvimento social e ambiental
6	Presença de um sistema de gestão ambiental	23	Padrões ambientais
7	Desempenho ambiental	24	Políticas ambientais
8	Desempenho <i>versus</i> padrões ambientais pré-estabelecidos	25	Declaração da preocupação/evidenciação de informações sociais e ambientais
9	Desenvolvimento regional	26	Presença de uma gerência ambiental
10	Desenvolvimento sustentável	27	Participação de <i>stakeholders</i> nas decisões de investimentos socioambientais
11	Doações	28	Projetos sociais (fundação ou instituto)
12	Investimentos ambientais	29	Programas de rest./reabilitação ambiental
13	Educação e treinamento profissional	30	Reciclagem de materiais
14	Envolvimento com projetos sociais comunitários	31	Reconhecimento dos impactos ambientais das atividades da organização
15	<i>Global Reporting Initiative (GRI Reporting)</i>	32	Riscos Ambientais
16	Indicadores de sustentabilidade (Informações econômicas, sociais e ambientais)	33	Iniciativas para redução da emissão de gases que contribuem para o efeito estufa
17	Trabalho voluntário	34	Treinamento ambiental

Quadro 01: Categorias estabelecidas para análise de conteúdo

Fonte: Elaboração própria com adaptações da literatura sobre o tema

As informações sociais e ambientais foram mensuradas qualitativa e quantitativamente e para minimizar o caráter subjetivo da análise de conteúdo, foi considerado cada item na primeira vez em que foi identificado nos relatórios.

Após a coleta de dados, a incidência ou não de cada item foi controlada considerando-se “1” para evidenciação e “0” para não evidenciação das informações. O resultado foi quantificado e para comparação entre categorias foi apresentado em percentual, representando a participação de cada item em relação ao total do grupo e período em análise.

Amostra selecionada

Foi efetuada uma busca nos *websites* de todas as MNCs do setor de mineração que exercem atividades em países latino-americanos, conforme o *ranking* divulgado pela revista Fortune (2008) e dessas, somente 3 organizações disponibilizam relatórios anuais e relatórios socioambientais segregados por país de atuação, como mostra o quadro a seguir:

MNCs	Número de países em que opera	País de origem	Países da AL em que a MNC exerce atividades	Países da AL em que a MNC mantém um <i>website</i>	Países da AL em que a MNC disponibiliza informações socioambientais em <i>websites</i>	Países da AL em que a MNC disponibiliza relatórios socioambientais em <i>websites</i>
Alcoa	31	Estados Unidos	10	10	4	Brasil Jamaica
Anglo American	45	Reino Unido	5	2	2	Brasil Chile
BHP Billiton	25	Austrália	5	3	3	Brasil
Rio Tinto	50	Reino Unido	3	2	2	Brasil
Xstrata	Nd	Suíça	5	-	-	-
Vale	34	Brasil	6	1	1	Brasil

Quadro 02: Resumo da inserção das MNCs em países latino-americanos

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis nos *websites* e relatórios anuais das companhias

Nd: informação não disponível

O único critério estabelecido para que os relatórios das MNCs fossem objeto do estudo foi a acessibilidade destes nos *websites* globais e nos *websites* de suas subsidiárias estabelecidas em países latino-americanos. A busca desses materiais abrangeu o período de novembro de 2008 a abril de 2009.

Quanto às informações disponíveis nos *websites* globais das MNCs, foram analisados os seguintes relatórios: Formulário 20-F (companhias não-americanas com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York), Formulário 10-K (companhias americanas com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York), Relatório Anual e Relatório Socioambiental, referentes o período de 2004 a 2007.

Também compuseram a análise os relatórios das subsidiárias estabelecidas na América Latina: Relatório Anual – atividades no país latino-americano e relatório socioambiental local, referentes o período de 2004 a 2007.

Uma análise qualitativa das informações socioambientais disponibilizadas nos *websites* globais e locais complementou a pesquisa e a próxima seção apresenta os resultados e discussões dos achados.

6 Análise dos resultados

No período investigado as organizações Rio Tinto, Xstrata e Vale não disponibilizaram relatórios específicos sobre suas ações socioambientais em países latino-americanos em que exercem atividades e por isso não foram incluídas nas análises.

A Vale é a única empresa estabelecida num país latino-americano com destacado desempenho econômico-financeiro, apesar de ser líder do setor na região e ter expandido suas operações nos cinco continentes, não fornece informações detalhadas sobre suas operações em outros países de acordo com os critérios de inclusão neste estudo.

Embora a companhia Rio Tinto apresente o Relatório Anual no *website* da sua subsidiária estabelecida no Brasil, não foi possível fazer do *download* deste no período de busca e a companhia não respondeu a solicitação de cópia impressa solicitada por e-mail.

Alcoa Inc.

Fundada nos Estados Unidos, a Alcoa é destaque mundial na produção de alumínio, com filiais espalhadas em 31 países, a América Latina é o destino de 6% do total das suas vendas (ALCOA, 2009).

Na busca de informações socioambientais no seu website global, embora exerça atividades em 10 países latino-americanos, há um *link* para acesso a informações desse tipo somente em 4 países (Brasil, Jamaica, Trindade e Tobago e Suriname). Esses *websites* locais trazem informações sobre as subsidiárias da organização em diversas regiões em cada país, com foco principal na extração de alumínio.

As informações disponibilizadas apresentam os resultados das suas ações sociais e ambientais, desenvolvidas por meio de uma fundação mantida pela matriz, além de destaques para certificação social e ambiental, prêmios e reconhecimentos junto ao público e participação dos *stakeholders* na condução de projetos sociais. Nos *websites* da companhia nos demais países da região (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Peru e México) há maior ênfase nos projetos sociais da MNC e para acesso a informações ambientais, há um ícone que transfere diretamente para o *website* global, com informações consolidadas.

O *website* da companhia no Suriname destaca principalmente sua presença na comunidade local, através da condução de projetos sociais voltados para a saúde como a manutenção de hospitais, por exemplo.

Em Trindade e Tobago, o foco nas questões socioambientais diz respeito principalmente a certificação ambiental, além do forte destaque para licenciamento.

No *website* da subsidiária estabelecida no Brasil, quando comparado com os demais países; foram localizadas mais informações sobre seus negócios, quanto aos aspectos econômico-financeiros e socioambientais; além de relatórios disponíveis para *download* em português. Os relatórios socioambientais da subsidiária da Alcoa no Brasil destacam o seu diálogo com *stakeholders*; a participação de diversos grupos nas decisões e ações de sustentabilidade, no que se refere ao uso eficiente de energia elétrica e água; desenvolvimento de comunidades; relações de trabalho; gestão e preservação ambiental; educação, treinamento de funcionários; investimentos em tecnologia para redução de gases que contribuem para o aquecimento global; desempenho econômico, ambiental e social – aspectos qualitativos e quantitativos desses, apresentados graficamente; certificações sociais e ambientais, além do reconhecimento público, por meio de premiações de instituições locais.

No *website* da subsidiária da Alcoa estabelecida na Jamaica, o relatório socioambiental foca principalmente os projetos sociais, engajamento de *stakeholders*; e esses são consultados quanto às ações da organização nesta direção; indicadores de desempenho social e ambiental também são apresentados graficamente, de forma qualitativa e quantitativa, além de informações sobre a Fundação mantida pela companhia.

Verifica-se a grande ênfase da organização quanto ao diálogo com as partes interessadas, para que essas participem e avaliem os seus investimentos socioambientais, como e onde aplicar recursos financeiros, que muitas vezes têm relações próximas com a obrigatoriedade de conduzir medidas de compensação, em razão da atividade de mineração provocar impactos ambientais de grandes proporções.

O formulário 10-K, que consolida todas as suas operações, tem foco principal nas informações econômico-financeiras, voltadas para os acionistas e analistas de mercado. Atendendo a regulamentação da *Securities and Exchange Commission* (SEC), este relatório traz informações qualitativas e quantitativas voltadas para a provisão de custos com recuperação de áreas, fechamento de minas e riscos ambientais. De modo geral, o relatório traz informações detalhadas sobre litígios, problemas ambientais e temas relacionados com a legislação americana; não abrangendo suas atividades locais. As informações que dizem respeito a países latino-americanos que são divulgadas neste relatório destacam

principalmente os resultados econômico-financeiros, riscos de operar em países politicamente instáveis e dificuldades para obter licença ambiental (no Brasil). O gráfico a seguir apresenta os resultados da análise por tipo de relatório no período estudado:

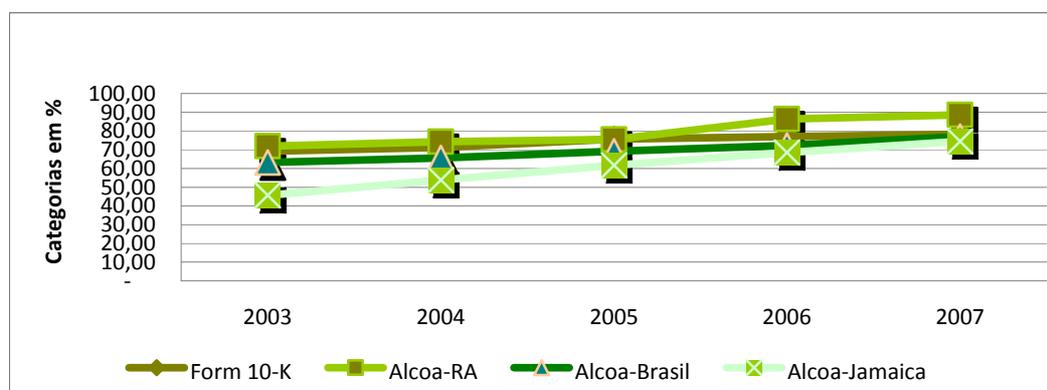


Figura 01: Evidenciação socioambiental da Alcoa: global e local

Observa-se que a companhia possui um alto nível de evidenciação de informações socioambientais nos seus relatórios anuais, tanto consolidados quanto disponibilizados em nível local, apesar de dedicar atenção diferenciada a temas que parecem interessar mais os *stakeholders* de cada país em que exerce atividades.

Anglo American Plc.

A Anglo American destaca-se na produção mundial de ouro, estabelecida em 45 países e com maior concentração de atividades na África do Sul, o grupo está presente em 5 países latino-americanos (Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela), mas disponibiliza informações em somente 2 *websites* locais, no Brasil e no Chile.

No *website* mantido por sua subsidiária no Brasil é notória a diversificação das suas atividades, tendo em vista o significativo número de empresas sobre seu controle que exercem atividades no país. As informações econômico-financeiras são apresentadas por empresa subsidiária local.

Os relatórios socioambientais disponibilizados pela organização apresentam informações econômico-financeiras, sociais e ambientais sobre suas atividades, com foco em clientes, fornecedores, governo, comunidades; investimentos socioambientais, em educação, treinamento e segurança dos empregados, preocupações com os efeitos das mudanças climáticas, certificação e diálogo com *stakeholders*.

As análises de desempenho econômico-financeiro, social e ambiental são apresentadas graficamente, de modo qualitativo e quantitativo, com dados históricos de pelo menos 4 anos, em cada relatório.

Os relatórios socioambientais disponibilizados no *website* das suas operações no Chile focam a certificação ambiental e engajamento de *stakeholders*. A figura a seguir apresenta o resultado geral das análises na Anglo American:

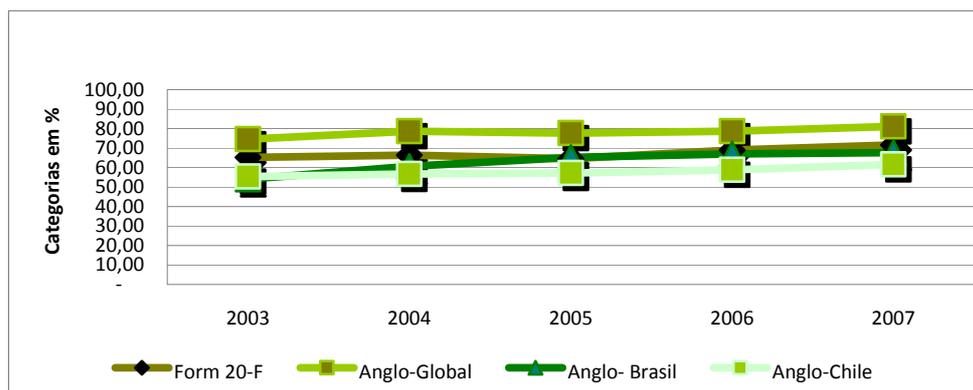


Figura 02: Evidenciação socioambiental da Anglo American global e local

O relatório anual da companhia, assim como o relatório socioambiental, apresenta maior destaque para os seus projetos sociais na África, entretanto, seus projetos sociais e ambientais conduzidos tanto no Chile quanto no Brasil também são citados nestes relatórios. Outro aspecto interessante é uma ampla análise das políticas contábeis para reconhecimento de gastos ambientais adotadas pela MNC, além de informações detalhadas sobre suas contingências ambientais e provisões para fechamento de minas.

Verifica-se o engajamento também desta MNC na evidenciação de informações socioambientais, apesar de apresentar uma pequena queda em alguns períodos, a empresa se aproximou bastante de um padrão no diálogo com seus *stakeholders*.

BHP Billiton

Uma das maiores companhias do setor, com operações em 25 países e com foco principal na produção de minério de ferro, a BHP tem forte presença na América Latina, com operações em 4 países (Brasil, Chile, Colômbia e Peru). A empresa divide o controle da empresa Cerrejon, estabelecida na Colômbia, com a Anglo American e com a Xstrata. A BHP controla também a companhia denominada Escondida e no *website* desta, assim como no *website* da organização Cerrejon são destacados os seguintes tópicos: sistema de gestão ambiental, certificação social e ambiental, projetos sociais gerenciados pela fundação mantida pela organização, informações declarativas sobre suas preocupações ambientais e engajamento de *stakeholders* na busca de soluções para os problemas socioambientais da região.

No Brasil, a BHP divide o controle da empresa Samarco com a Vale, detendo 50% das suas ações. A Samarco disponibiliza relatórios anuais no seu *website* no período de 2004 a 2007. Os relatórios focam indicadores de desempenho econômico-financeiro, social e ambiental e apresentam um espaço para avaliação dessas informações, feita por acionistas, empregados e órgãos do governo. Da mesma forma que nas demais companhias, há grande destaque para apresentação gráfica sobre consumo de recursos naturais, emissões atmosféricas, tratamento e consumo de água, treinamento de funcionários, licenciamento ambiental, investimentos em projetos sociais, como educação, reabilitação de áreas e medidas compensatórias.

Os relatórios anuais disponibilizados pela BHP no seu *website* global apresentam grande ênfase no desempenho socioambiental e engajamento de *stakeholders*. O desempenho econômico-financeiro também recebe destaque por país em que o grupo exerce atividades. Apresentações gráficas qualitativas e quantitativas com dados históricos das metas estabelecidas para redução de emissões gasosas, redução do consumo de recursos naturais e investimentos em tecnologia também têm forte presença nos seus relatórios.

O formulário 20-F, arquivado na SEC foca principalmente informações sobre licenciamento ambiental, no Brasil e no Chile, provisões, custos e riscos ambientais, além de informações sobre riscos e incertezas quanto ao maior rigor da legislação ambiental. Esta é a organização que apresenta informações mais detalhadas sobre suas ações socioambientais, assim como a participação de *stakeholders* nas decisões quanto a investimentos socioambientais. A figura a seguir apresenta os resultados das análises dos relatórios da BHP:

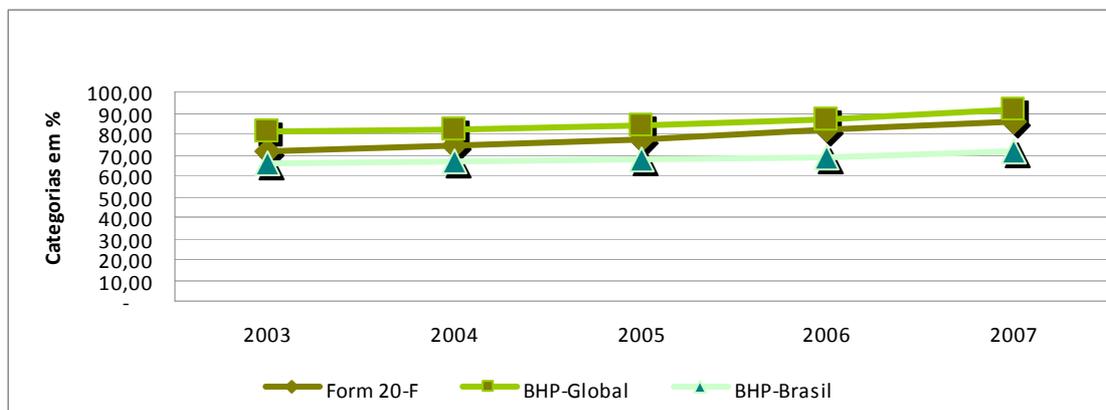


Figura 03: Investimentos socioambientais da Alcoa na América Latina

De modo geral, os resultados da pesquisa sugerem que as MNCs do setor de mineração que exercem atividades em países latino-americanos privilegiam informações socioambientais nos países em que as atividades das suas subsidiárias são mais relevantes economicamente.

A atividade de mineração provoca impactos ambientais e sociais de grandes proporções e dessa forma, é uma atividade regulamentada, que deve seguir uma série de exigências legais nos países em que operam, além da licença para operar, que envolve a participação pública.

Assim, o diálogo com *stakeholders* é um processo fundamental para que a legitimidade das suas operações seja mantida. Inserir o processo de diálogo e engajamento de *multistakeholders* no nível estratégico é um desafio, entretanto, os resultados desta pesquisa sugerem que são grandes os esforços das maiores MNCs do setor de mineração nestas ações.

As informações socioambientais são apresentadas de forma qualitativa e quantitativa nos seus relatórios, com grande ênfase nos resultados dos seus investimentos em recuperação ambiental, investimentos junto a comunidade, além do constante diálogo com o governo. O relatório socioambiental foi apresentado com vários títulos, mas todos com o mesmo propósito, apresentar os resultados das suas ações sociais e ambientais.

Reportando-se aos desenvolvimentos teóricos acerca da RSC, assim como a teoria dos *stakeholders* observa-se que as MNCs do setor de mineração apresentam significativos esforços para manter um diálogo com as partes interessadas, principalmente as que vivem próximas dos seus empreendimentos, tanto locais quanto regionais. Entretanto, os direcionadores desses esforços parecem estar relacionados com o maior ou menor rigor da legislação e necessidade de manutenção da imagem, como verificado em estudos anteriores.

7 Considerações finais

Objetivo deste artigo foi analisar o conteúdo das informações socioambientais que as MNCs do setor de mineração disponibilizam para os seus *stakeholders* em países latino-americanos, com foco na identificação e análise do diálogo por elas estabelecido. A revisão da

literatura aliada à análise prévia dos relatórios das MNCs contribuiu para a criação de categorias e verificação empírica.

Foi conduzida uma análise das informações socioambientais disponibilizadas por MNCs do setor de mineração nos seus *websites* locais e *websites* globais, ou seja, seus relatórios anuais, formulários arquivados na Bolsa de Valores de Nova York e relatórios socioambientais, no período de 2004 a 2007.

Os resultados sugerem que as MNCs disponibilizam mais informações socioambientais nos países em que suas atividades econômicas são mais relevantes, no contexto geral das suas operações.

Os relatórios disponibilizados nos *websites* globais não oferecem muitos detalhes sobre as atividades locais das MNCs, assim, verificou-se que para estabelecer um diálogo com seus *stakeholders* locais, é preciso criar e manter estratégias de aproximação junto a esses no país em que a subsidiária exerce atividades.

Entretanto, o interesse por padronização dos seus processos de diálogo com *multistakeholders*, assim como a inclusão de informações sobre a participação desses não é uma unanimidade entre as informações das MNCs que fizeram parte da amostra neste estudo.

Algumas ponderações devem ser feitas quanto à acessibilidade das informações sobre as atividades locais dessas MNCs, pois a única ferramenta de busca utilizada foi a internet.

Recomenda-se para futuras pesquisas a condução de entrevistas ou aplicação de questionário junto a profissionais da área de meio ambiente das MNCs, com o objetivo de maior aprofundamento nas decisões dessas organizações de incluir ações socioambientais nos relatórios e *websites* das suas subsidiárias. Outro aspecto interessante seria a investigação da opinião de *stakeholders* sobre padronização, acessibilidade e transparência das informações socioambientais que são disponibilizadas pelas organizações.

Referências

- ADAMS, C.; FROST, G.R. Stakeholder engagement strategies: possibilities for the internet? 2003. Disp. em ssn.flinders.edu.au/com/aig/2003/AdamsandFrost-04.pdf. Acesso: 31/07/2007.
- ADENIBI, B. Quality of environmental disclosure by multi-national oil companies: a corporate governance perspective. 2005. Disp. eprints.bouth.ac.uk/3152. Em 15/07/2008.
- ALCOA. Annual Reports. Disponíveis em www.alcoa.com. Acesso em 15/04/2009.
- ALI, A.J.; BATRA, M.M. MNCs' social responsibilities in Bangalore. *Competition Forum*, v. 6, n. 2, p. 294-304, 2008.
- AMAO, O.O. Corporate social responsibility, multinational corporations and the law in Nigeria: controlling multinationals in host states. *Journal of African Law*, v. 52, n. 1, p. 89-113, 2008.
- ANGLO AMERICAN. Annual Reports. Disponível em www.angloamerican.co.uk. Acesso em 15/03/2009.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis A. Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, LDA, 2004.
- BAUMGARTEN, G.T.; YUCETEPE, V. Multinational firms' leadership role in corporate social responsibility in Latin America. *Journal of Business Ethics*, v. 85, p. 217-224, 2009.
- BHP BILLITON. Annual Reports. Disp. em www.bhpbilliton.com. Acesso em 15/02/2009.
- BURRITT Roger L; WELCH Stephen. Australian commonwealth entities: an analysis of their environmental disclosures. *Abacus*, v. 33, n. 1, p. 1-19, 1997.
- CARROLL, A.B. Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business and Society*, v. 38, n. 3: 268-295, 1999.
- CHRISTMANN, P. Multinational companies and the natural environment: determinants of global environmental policy standardization. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 5, p. 747-760, 2004.

- CLARKSON, M.B.E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *The Academy of Management Review*, v. 20, n.1, p. 92-117, 1995.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – VALE. Relatórios Anuais. Disponível em www.cvrld.com.br. Acesso em 15/04/2009.
- DAM, K. Corporate social responsibility and multinational enterprises' location decisions. 2008. Disp.: dissert.ub.rug.nl/FILES/faculties/feb/2008/1.dam/c5.pdf. Acesso: 15/08/2008.
- DAVIS, G.F.; WHITMAN, M.V.N.; ZALD, N.M. The responsibility paradox: multinational firms and global corporate social responsibility. 2006. Disponível em www.ssrn.com. Acesso em 15/11/2008.
- DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate report: An exploration of interaction between WWF-Australia and The Australian Minerals Industry. *Accounting, Organization and Society*. n. 31, p. 343-372, 2006.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L.E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. *The Academy of Management Review*, v. 20, n.1, p. 65-91, 1995.
- DOWELL, G.; HART, S.; YEUNG, B. Do corporate global environmental standards create or destroy market value? *Management Science*, v. 46, n. 8, p. 1059-1074, 2000.
- EGRI, C.P.; RALSTON, D.A. Corporate responsibility: a review of international management research from 1998 to 2007. *Journal of International Management*, v. 14, p. 310- 330, 2008.
- ETHICAL INVESTMENT RESEARCH SERVICES (EIRIS). The state of responsible business: global corporate response to environmental, social and governance (ESG) challenges. 2007. Disponível em: www.eiris.org/files/.../stateofespbusinessexecsumsep07.pdf. Acesso em 6/07/2008.
- FORTUNE. 2008. *Global 500 -The world's largest corporations*.
- FRANSEN, L.W.; KOLK, A. Global rule-setting for business: a critical analysis of multi-stakeholder standards. *Organization Articles*, v. 14, n. 5, p. 667-684, 2007.
- FREEMAN, R.E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. London: Pitman Publishing, 1984.
- FREITAS, H.M.R.; CUNHA JUNIOR, M.V.M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 32, n. 3, Jul./Set., p. 97-109, 1997.
- GALLON, A.V.; SOUZA, F.C. ROVER, S. VAN BELLEN, H.M. Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: um levantamento a partir de artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de contabilidade e administração. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, *Anais*, 2007, USP, FEA, São Paulo.
- GUGLER, P.; SHI, J.Y. Corporate social responsibility for developing country multinational corporations: lost war in pertaining global competitiveness? *Journal of Business Ethics*, v. 87, p. 3-24, 2008.
- HARTMAN, L.P.; RUBIN, R.S.; DHANDA, K.K. The communication of corporate social responsibility: United States and European Union multinational corporations. *Journal of Business Ethics*, v. 47, p. 373-389, 2007.
- HUNTER, T.; BANSAL, P. How standard is standardized MNC global environmental communication? *Journal of Business Ethics*, v. 71, p. 135-147, 2007.
- HUSTED, B.W.; ALLEN, D.B. Corporate social responsibility in the multinational enterprise: strategic and institutional approaches. *Journal of International Business Studies*, v. 37, p. 838-849, 2006.
- JOSE, A.; LEE, S.M. Environmental reporting of global corporations: a content analysis based on website disclosures. *Journal of Business Ethics*, v. 72, p. 307-321, 2007.
- JOSHI, P.L.; GAO, S.S. Multinational corporations' corporate social and environmental disclosures (CSED) on web sites. *International Journal of Commerce and Management*, v. 19, n. 1, p. 27-44, 2009.

KAPELUS, P. Mining corporate social responsibility and the “community”: the case of Rio Tinto, Richards Bay Minerals and the Mbonambi. *Journal of Business Ethics*, v. 39, p. 275-296, 2002.

KOLK, A. Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. 2006. Disponível em www.ssrn.com. Acesso em 15/03/2008.

KPMG. International survey of corporate responsibility report. 2005. Disponível em www.kpmg.com. Acesso em 14/07/2008.

LODHIA, S.K. Corporate perceptions of web-based environmental communication: an exploratory study into companies in the Australian mineral industry. *Journal of Accounting & Organizational Change*, v. 2, n. 1, p. 75-88, 2006.

MATHEWS, M.R. Twenty-five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 10, n. 4, p. 481-531, 1997.

_____. *The development of social and environmental accounting research 1995-2000*. Disp.: <http://www.accountancy.massey.ac.nz/docs/discussion%20paper/205.pdf>. Acesso: 15/05/2006.

MITCHELL, R.K.; AGLE, B.R.; WOOD, D.J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*, v. 22, n.4, p. 853-886, 1997.

NWANKWO, E.; PHILLIPS, N.; TRACEY, P. Social investment through community enterprise: the case of multinational corporations involvement in the development of Nigerian water resources. *Journal of Business Ethics*, v. 73, p. 91-101, 2007.

OECD. Corporate responsibility practices of emerging market companies: a fact finding study. 2005. Disponível em www.oecd.org/investment. Acesso em 15/07/2008

RIO TINTO/ALCAN. Annual Reports. Disp.: www.riotinto.com. Acesso em 14/04/2009.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC). Disponível em www.sec.gov. Acesso em 20/04/2009.

SHEN, H. Public relations and MNCS' corporate social responsibility: from a developing country's perspective. 2006, 105f. Mestrado. University of Maryland.

SCHOMMER, P.C.; ROCHA, F.C.C. As três ondas da gestão socialmente responsável no Brasil: dilemas, oportunidades e limites. ENANPAD, 31º, *Anais*, RJ: ANPAD, 2007.

TILT, C.A. The influence of external pressure groups on corporate social disclosure: some empirical evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 7 n. 4, p. 47-72, 1994.

TOMS, S. Asymmetric response: explaining corporate social disclosure by multi-national firms in environmentally sensitive industries. 2008. Disponível em: www.york.ac.uk/management/staff/.../SToms.htm. Acesso em 16/07/2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD)/Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR). Environmental financial accounting and reporting at the corporate level. Disponível em www.onu.org. Acesso em 16/08/2004.

XSTRATA. Annual Reports. Disponível em www.xstrata.com. Acesso em 15/04/2009.

WHEELER, D.; FABIG, H.; BOELE, R. Paradoxes and dilemmas for stakeholder responsive firms in the extractive sector: lessons from the case of Shell and the Ogoni. *Journal of Business Ethics*, v. 39, p. 297-318, 2002.

YAMAMOTO, M.M.; DISTADIO, L.F.; FERNANDES, R.C. Environmental disclosure in the mining sector in Latin America and South Africa. 2007. Disponível em: easdi.ujep.cz/en/conference.../programme.html. Acesso em 15/11/2008.

ZYGLIDOPOULOS, S.C. The social and environmental responsibilities of multinationals: evidence from the Brent Spar Case. *Journal of Business Ethics*, v. 36, p. 141-151, 2002.